

Dossiê Temático COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: POLÍTICAS E CIDADANIA NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO

APRESENTAÇÃO

Suzy dos Santos, editora*

Na última edição de 2015, a *Revista Contemporânea* apresenta um dossiê temático intitulado “Comunicação e Direitos Humanos: políticas e cidadania no contexto democrático”. Embora os direitos humanos sejam afirmados como inalienáveis nos contextos democráticos, usualmente eles têm sido objeto de contestação, conflito e redefinições. Neste sentido, tive a honra de propor à *Contemporânea* este dossiê temático sobre como os direitos humanos influenciam e são influenciados pela comunicação, tanto no contexto nacional quanto internacional. Os oito textos aqui selecionados são representativos da diversidade de recortes possíveis na interseção entre comunicação e direitos humanos. É possível dividir este dossiê em dois blocos de textos: o primeiro mobilizado pelo enfoque local e regional, abordando contextos estuiais em distintas questões deste heterogêneo tema; e, o segundo bloco

Abrindo o *Dossiê* temos o bloco de análises que se detêm no estudo dos contextos regionais do país. O primeiro deles, uma colaboração entre Edgard Rebouças, Victor Gentili e Rafael Paes intitulada **Imprensa e direitos humanos: a política do quanto menos mexer melhor**, aborda a ausência do debate sobre direitos humanos no cenário nacional e os reflexos desta ausência na configuração de uma “política da não-política” adotada pelo Governo do Estado do Espírito Santo em pontos consensoados pela sociedade civil na elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos e do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos. Mostrando as exclusões, o texto também lança possibilidades de avanços na temática. Saindo do campo estatal para a observação da produção de conteúdo jornalístico, o segundo artigo **Ética e Qualidade: bases para a implantação de um observatório de telejornalismo no Paraná**, de João Somma Neto e Rogério Christofolletti, aborda aspectos como ética e qualidade editorial no jornalismo brasileiro, apresentando as condições necessárias para implantação de um projeto que deve resultar num observatório de mídia, concentrado em análises do telejornalismo paranaense.

* Bolsista pós-doutorado CNPq na FACOM/UFBA, professora da EcoPós/UFRJ, coordenadora do grupo de pesquisa PEIC. suzysantos@gmail.com

Partimos para a mobilização social com dois textos tratando de objetos profundamente relevantes na discussão sobre direitos humanos no Brasil: trabalho infantil e o Complexo Hidrelétrico de Belomonte. O primeiro artigo, **Representações, mediações e campanhas de mobilização contra o trabalho infantil: como os adolescentes constroem sentidos?**, de Luíza Mônica Assis Silva, Daniella Rocha Magalhães e Victor Márcio Laus Reis Gomes, está situado nos estudos de recepção e se dedica às campanhas de mobilização e ao seu impacto nas representações de adolescentes sobre o trabalho infantil na região de Taguatinga-DF. Dentre os resultados, o trabalho aponta para uma importante falha nos mecanismos de conscientização dos direitos da infância e da adolescência ao perceber, tanto nas peças analisadas quanto nas respostas da recepção, que a ideia de proibição do trabalho infantil resume-se às crianças, excluindo adolescentes. O estudo também destaca a heterogeneidade de representações sociais acerca do trabalho infantil, tanto a partir dos locais de pertença dos sujeitos, quanto de determinados contextos sociais. Ainda hoje, mesmo depois do ECA cristalizado, a noção de que trabalho infantil é algo positivo ainda é fortemente percebida nos discursos sociais brasileiros. Seguimos da recepção para a organização social, da região centro oeste para a região norte, com o artigo **Voz coletiva para a mobilização pela Amazônia: @xinguvivo e Belo Monte**, de Alda Cristina Costa, Nirvea Ravena e Ivana Oliveira. O trabalho aborda a organização social em ambientes digitais, a esfera pública virtual, e como ela se converte em ferramenta de mobilização se detendo, em particular, na mobilização e ação coletiva de atores interessados em torno de uma das maiores obras a serem executadas na Amazônia paraense, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, na região do Rio Xingu.

Para encerrar este bloco de textos geolocalizados, um estudo sobre o discurso midiático. Se antes começamos este bloco com as ações governamentais, agora encerramos com as reações às ações governamentais. Carla Baiense Felix e Antonio Carlos Ferreira Vianna buscam, no artigo **O preconceito e o estigma na cobertura midiática sobre drogas no Rio de Janeiro**, estabelecer uma aproximação entre os conceitos de preconceito e estigma. A discussão teórica é associada às estratégias narrativas do jornal O Globo, enquanto instâncias produtoras de sentido, em relação à política nacional de drogas.

O segundo bloco de textos que compõem este dossiê é mais sucinto, mas não menos diverso. São trabalhos que se afastam do contexto regional e abordam questões relativas ao cenário nacional e internacional. Além disso, embora esta seja uma fragmentação cuja responsabilidade apenas pode ser creditada ao acaso, dado que não houve

intenção editorial neste sentido, devemos observar que saímos de um bloco de textos feitos em colaboração para um bloco de artigos individuais. Fazendo a transição entre os dois blocos, temos o artigo **O espaço público como direito à comunicação dos socialmente excluídos**, de Paulo Roberto Masaella Lopes, que centra a discussão na apropriação da cidade como um lugar privilegiado à comunicação dos socialmente excluídos. O trabalho, claramente inspirado na mais recente contribuição de David Harvey ao campo da comunicação, argumenta que os excluídos não encontram ressonância nas mídias tradicionais que absorvem inclusive as redes sociais na medida em que pautam a agenda principalmente dos assuntos políticos. Assim, reivindicar o direito à cidade requer não apenas a democratização do espaço social e midiático, mas uma epistemologia que considere um circuito dos afetos e uma nova concepção de sujeito.

Na sequência temos **Direito à privacidade e a regulação da comunicação digital no Brasil, EUA e União Europeia**, de Sivaldo Pereira da Silva, que analisa o ambiente regulatório da comunicação digital e suas repercussões na concepção do direito à privacidade. Neste trabalho, Sivaldo revisa tanto a literatura acadêmica quanto os dispositivos legais que constituem este cenário. Por fim, fechando o dossiê, Adilson Vaz Cabral Filho, se dedica a uma ferramenta que tem sido alvo de muita expectativa no espaço da comunicação comunitária e/ou cidadã. No artigo **A apropriação social do Canal da Cidadania: desafios e potencialidades para uma comunicação horizontal e dialógica**, Adilson busca relacionar diferentes reflexões e ações em torno da ocupação crítica do espaço público na direção de um setor midiático distinto do estatal e do privado, capaz de afirmar a comunicação democrática como Direito Humano. O artigo contextualiza o Canal da Cidadania em relação a outras iniciativas de comunicação comunitária televisiva e no recente cenário de convergência midiática, dialogando, assim, com as potencialidades de inserção das TICs e do uso do espaço público de comunicação como mecanismo de envolvimento social.

Gostaria, por fim, de agradecer o gentil convite das editoras da Contemporânea para participar deste volume. Esperamos que este dossiê contribua para ampliar a visibilidade e o aprofundamento dos debates sobre a Comunicação e os Direitos Humanos no contexto democrático brasileiro.

Boa leitura!